

Nossa luta continua

Vitória do movimento!

Trabalhadores recebem o mérito da legalidade do movimento.

A organização e a dedicação com que os trabalhadores tratam a greve fazem do movimento uma luta justa e LEGAL pelas suas conquistas.



em a exaustão da 3ª semana em greve esvaziou o movimento que levou cerca de 600 trabalhadores cantando “Eu, sou da saúde, com muito orgulho, com muito amor”, da Fco. Glicério ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), onde, às 14h00 aconteceu a reunião de instrução e conciliação entre as partes.

Embate

Na sala de dissídio coletivo, onde a universidade tentava qualificar nossa greve como ilegal e desqualificar a luta dos trabalhadores pela manutenção da jornada estiveram presentes representantes das duas partes.

O Sindicato, amparado pelo advogado Dr. Cremasco, rebateu com elementos convincentes as argumentações da universidade e caracterizou a intransigência dos administradores na negociação e o desrespeito praticado no exercício do direito de greve, quando fez convocações de pacientes para desorganizar a greve e jogar a população contra o movimento.

Na questão da ilegalidade o juiz sequer permitiu que o debate fosse inaugurado e reconheceu o movimento como legal. “Uma prática de 20 anos não se altera assim, na imposição”, disse o Dr. Antônio Pereira que conduziu a reunião.



Trabalhadores comemoram no TRT: A vitória é o prêmio dos que lutam

O tiro saiu pela culatra

A justiça do Trabalho e o MPT, além de não entender nossa greve como ilegal, ainda obrigaram a administração da universidade a negociar com os trabalhadores. A justiça e MPT afirmaram que a deliberação da CAD não pode ser impedimento para abertura de negociação. Ficando evidente a irresponsabilidade dos administradores da área hospitalar pela confusão administrativa estabelecida, o interventor Zeferino se vê obrigado a assumir que isso é resultado da “anarquia dos diferentes administradores que passaram pela área hospitalar”. É bom lembrar que o Paulão foi superintendente do HC por mais de uma década, assim como Zeferino interventor, do Caism.

A proposta

A universidade se comprometeu a “retomar” as negociações, que serão mediadas, dessa vez, pelo Tribunal, com prazo até 06/02/2006 para encerramento. Janeiro continua com a jornada feita com base no acordado no MPT, até o mês de fevereiro. São 11 plantões para o noturno, 9 folgas para o dia e 33 horas semanais para a jornada de segunda a sexta. Foi constituída uma Comissão formada por 06 (seis) pessoas de cada uma das partes para participarem das negociações. A reunião de negociação foi marcada para 23/01, às 16h, no TRT. O sindicato irá propor na assembléia de hoje, a suspensão do movimento, enquanto perdurarem as negociações.

Assembléia hoje, às 11 horas, no F2

Trabalhadores vão votar pela suspensão da greve até o final das negociações

Momentos da greve



Retrocesso

Além de retomar o processo de intervenção (1986), a atual administração carrega mais uma marca. É a 1ª vez que uma negociação de greve não se finda no âmbito da própria Universidade. A administração Tadeu foi incapaz de dialogar com os trabalhadores e procurou a justiça para tentar colocar a greve como ilegal. Felizmente foi derrotado. Isso não aconteceu nem mesmo no período da ditadura.



Agenda

- 7 Horas - Reunião nas unidades**
- 10 horas - Concentração no F2**
- 11 horas - Assembléia Geral no F2**

Expediente: O Boletim do STU é uma publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. 5 mil exemplares. Diagramação: João Teles